



## **CARTA ABERTA À SOCIEDADE BRASILEIRA** **A quem interessam as propostas de Hélio Costa?**

Foi com consternação que recebemos o anúncio, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de sua segunda mudança no comando do Ministério das Comunicações. Num momento de reforma ministerial, de revisão das políticas implementadas e projeção de ações e metas, nos deparamos com as primeiras declarações do novo ministro que, em duas semanas, já demonstrou pretender seguir, no ministério, a linha política que vinha adotando como senador pelo PMDB. Historicamente, Hélio Costa tem defendido no Congresso Nacional os interesses dos grandes empresários da comunicação do país, representados principalmente pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Agora, comprova que sua gestão tem pouca disposição para dialogar com a sociedade civil e democratizar as comunicações no país – política esta que, vale lembrar, estava na essência do programa de governo de Lula.

Em primeiro lugar, ao declarar que pretende trazer o debate acerca de uma futura Lei Geral da Comunicação Social Eletrônica para o âmbito de sua pasta, o ministro Hélio Costa ignora que a construção de um marco regulatório para o rádio, a TV aberta e a TV paga, e que contemple os aspectos de convergência, passa por temas relacionados à cultura, educação, indústria e comércio, relações exteriores, entre outros. No âmbito da Casa Civil, já existe um Grupo de Trabalho Interministerial que prevê o suporte de um conselho consultivo com representantes da sociedade civil.

Rechaçamos a idéia de reduzir o escopo deste debate, privilegiando-se apenas determinados setores, e nos preocupamos com a idéia de ter um projeto dessa importância nas mãos de um ministro comprometido com interesses exclusivamente comerciais.

Em segundo lugar, discordamos da nova postura do Ministério de colocar em questão o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), negando a possibilidade de um padrão brasileiro e não entendendo as dificuldades encontradas como fruto da falta de verbas, já que até o fim de julho apenas uma pequena parte dos recursos alocados havia sido liberada pela Fazenda e pelo Planejamento. Essa postura reforça a visão de que não há condição, no Brasil, de pensarmos um projeto de desenvolvimento nacional; como se a única via que nos restasse fosse a aceitação acrítica de conhecimento produzido pelos países ditos desenvolvidos. O SBTVD é uma das mais importantes iniciativas brasileiras da área das comunicações, com forte ênfase no desenvolvimento de ciência e tecnologia.

Em terceiro lugar, ao questionar a política do governo Lula – reconhecida internacionalmente – de adoção do software livre, o ministro das Comunicações coloca em dúvida um elemento fundamental para o desenvolvimento do Brasil. A adoção de softwares livres incentiva a indústria nacional de programas de computadores, garante a gerência segura de aspectos da soberania nacional, promove o conhecimento livre e a autonomia tecnológica e, ao baratear custos, serve como estímulo às políticas de inclusão digital.



Em quarto lugar, lembramos que o governo Lula ainda é devedor de uma política eficaz para o setor da radiodifusão comunitária. Rádios continuam sendo fechadas pela Polícia Federal e Anatel, muitas vezes em condições questionáveis. Não é possível que a legislação e ação do Estado continuem criminalizando estas rádios e reprimindo o exercício do direito à comunicação de milhares de pessoas. Reafirmamos a importância do Grupo de Trabalho criado pelo governo em avançar no debate sobre a reformulação da legislação para o setor. Até o momento, não houve sinalizações do novo ministro para adotar tais medidas, e a realização de uma I Conferência Nacional de Radiodifusão Comunitária que atenda às pautas do movimento de radiodifusão comunitária não está garantida.

Em quinto lugar, acreditamos que a meta do barateamento do acesso banda larga à Internet não passa pela defesa dos detentores das redes físicas (como as telefônicas ou operadoras de TV a cabo), como se todo o problema estivesse no pagamento aos provedores de acesso. O que esperamos deste governo é a implantação de fato de políticas de desagregação de redes, isto é, a possibilidade de outras operadoras usarem as redes já instaladas, que permitam o surgimento de concorrência real no provimento de Internet.

Entre os poucos fatos louváveis está a proposição do fim da assinatura básica para serviços de telefonia fixa, que nos últimos dez anos ganhou um enorme vulto e foi reajustada em quase 5.000%.

Esperamos deste ministério atitudes concretas para inverter o paradigma da mídia brasileira, que deve servir ao interesse público, em detrimento da busca do lucro. Num momento de denúncias e crise política, defendemos uma revisão da política para distribuição de verbas de publicidade do governo e o desenvolvimento de um processo democrático e transparente, onde a distribuição seja feita com foco no incentivo a veículos de baixa circulação e alternativos, sem favorecimentos políticos.

Reivindicamos a criação de mecanismos de participação das organizações da sociedade civil neste processo, observando a diversidade e pluralidade dos meios e conteúdos, evitando desproporções econômicas, regionais e incentivando meios que promovam os direitos humanos. Reafirmamos a importância de manutenção e ampliação das iniciativas de inclusão digital gestadas até agora, como os programas Pontos de Cultura, Gesac (Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão) e Casa Brasil, que devem ser entendidas como políticas de Estado.

Em síntese, defendemos o abandono de uma política para o setor baseada na troca de favores e de concessões de rádios e TVs, usadas por parte da classe política como instrumentos eleitorais. E reafirmamos a importância de se avançar na reformulação do marco regulatório e político da comunicação social brasileira de forma a promover o direito humano à comunicação, para que seja garantido o interesse público e não o interesse mercantil de poucos e o silêncio da maioria.

Em 2 de agosto de 2005

**Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social**